



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMORA

MOÇÃO

A educação merece respeito

Os professores reafirmaram que exigem respeito e tratamento justo: 9 anos, 4 meses e 2 dias, nem menos um dia, ainda que disponíveis para negociar o prazo e o modo, como impõe a Lei; regras próprias para a aposentação, que garantam o rejuvenescimento da profissão; horários de trabalho que não vão além das 35 horas estabelecidas na Lei; combate efetivo à precariedade e concursos justos.

Eis as 4 reivindicações que estão no topo do enormíssimo protesto dos professores, que se expressa numa tremenda adesão a uma greve que continua a inviabilizar acima de 95% das reuniões de avaliação previstas para este final de ano letivo.

Nas escolas, mesmo onde surgem tentativas de impor práticas ilegais, os professores estão firmes e determinados, não cedendo a pressões.

Os professores estão determinados e nada os desarma, pelo contrário. Pronunciamentos injustos ou tentando passar mentiras, feitos por governantes ou comentadores, apenas fazem aumentar os níveis de indignação; tentativas de impor práticas ilegais, como aconteceu com o envio de nota informativa pela DGEstE, ou atentados ao exercício do direito à greve, como a eventual fixação de serviços mínimos que seriam serviços máximos, são entendidos pelos professores como provocações.

Face à situação que se está a viver, só há uma maneira do Governo parar a contestação: voltar à mesa das negociações e, sem chantagem, apresentar propostas que sejam bases negociais positivas para resolver os problemas que levam os professores à greve. Propostas que, quanto à recuperação do tempo de serviço, terão de respeitar os domínios que a Lei estabelece: Prazo e modo. O tempo, para os professores, não se negocia porque está cumprido.

Os Eleitos da Assembleia de Freguesia de Amora reafirmam a sua posição de defesa da contagem de todo o tempo de serviço prestado pelos trabalhadores da Administração Pública, incluindo os professores, para efeitos de descongelamento da progressão nas carreiras, de exigência do cumprimento pelo Governo da Lei do Orçamento do Estado (OE) para 2018 e de recusa de quaisquer iniciativas que deem ao Governo pretextos para não cumprir com as suas obrigações.

A Lei do OE 2018 estabeleceu que todo o tempo de serviço tem de ser considerado, ficando apenas por discutir entre o Governo e os Sindicatos o modo e o prazo em que se processa o pagamento da respetiva valorização remuneratória.

O que se impõe, pois, é que o Governo cumpra a Lei e o compromisso assumido com os sindicatos de professores em Novembro de 2017, apresente e discuta com os sindicatos as propostas para a definição do modo e do prazo de pagamento da valorização remuneratória em vez de reabrir a discussão sobre o que está decidido na Lei do OE 2018.

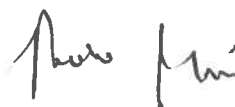
A par da exigência ao Governo do cumprimento da Lei do OE 2018, os eleitos da Assembleia de Freguesia de Amora recusam quaisquer iniciativas que deem ao Governo pretextos para não assumir as suas responsabilidades, nomeadamente remeter para 2019 aquilo que ficou decidido no OE a iniciar-se já em 2018; remeter para a Assembleia da República a aprovação de (mais) uma Lei quando o que se exige é o cumprimento pelo Governo da Lei do OE 2018; utilizar o descongelamento da progressão na carreira como pretexto para abrir um processo de revisão do estatuto da carreira Docente; estabelecer por via de Lei regras que podem ser prejudiciais aos professores e que, sendo discutidas na negociação coletiva, podem ter soluções específicas mais adequadas. E, ainda, fixar para os professores uma solução de exceção face aos restantes trabalhadores da Administração Pública, incluindo os das restantes carreiras especiais, ocultando todos os problemas que levantaria uma decisão dessa natureza e os pretextos acrescidos que assim se davam ao Governo para o seu não cumprimento.

Desta forma, a Assembleia de Freguesia de Amora delibera manter o seu compromisso com os interesses e os direitos dos professores, com a certeza de que o desenvolvimento da luta será fator decisivo para a sua concretização e reafirmar a sua posição de defesa da contagem de todo o tempo de serviço prestado pelos trabalhadores da Administração Pública e, neste particular, pelos docentes para efeitos de descongelamento da progressão das carreiras.

É tempo de o Governo tratar os professores e educadores deste País, com respeito e de valorizar social e profissionalmente a sua função.

Amora, 06 de Julho de 2018

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Amora



(Dr. Pedro Manuel da Silva Mogário)

- ❑ **Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária (CDU)**
- ❑ **Aprovada com dez (10) votos a favor (CDU e BE), três (3) votos contra (PSD) e oito (8) abstenções (PS)**